

Natália Lampert Batista
Tascieli Feltrin
Maurício Rizzatti
(Organizadores)

Formação, Prática e Pesquisa em Educação 3



Natália Lampert Batista
Tascieli Feltrin
Maurício Rizzatti
(Organizadores)

Formação, Prática e Pesquisa em Educação 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
F723	Formação, prática e pesquisa em educação 3 [recurso eletrônico] / Organizadores Natália Lampert Batista, Tascieli Feltrin, Maurício Rizzatti. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Formação, Prática e Pesquisa em Educação; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-592-1 DOI 10.22533/at.ed.921190309 1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação – Brasil. I. Batista, Natália Lampert. II. Feltrin, Tascieli. III. Rizzatti, Maurício. IV. Série. CDD 370.71
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra **Formação, Prática e Pesquisa em Educação** apresenta um apanhado da produção à nível superior da área da Educação no Brasil, contemplando as três esferas: a formativa através de relatos que percorrem os processos formativos, relacionada ao ensino e às teorias da aprendizagem; a prática com destaque para as iniciativas extensionista e de inserção escolar e por último, mas não menos importante, a da pesquisa apresentando as temáticas que têm movimentado a produção científica e intelectual do ensino superior brasileiro na área educacional. A qual apresento brevemente a seguir.

O capítulo “A Alfabetização de Crianças Autistas” de autoria de Fabiana Boff Grenzel apresenta uma reflexão acerca de crianças autistas na alfabetização, enfatizando a necessidade de se criar estratégias para facilitar a aprendizagem destes educandos. “A Construção da Escrita Pré-Silábica e suas Implicações na Perspectiva da Psicogênese da Língua Escrita: Um Breve Estudo de Caso”, das autoras Telma Maria de Freitas Araújo, Nadja Sabrina Silva Gomes Lopes Duarte e Maria Estela Costa Holanda Campelo apresenta, segundo as autoras, uma *Sondagem de Escritas*, através da qual é realizada uma análise da produção escrita de uma criança, a partir da teoria da psicogênese da língua escrita.

“A Evasão como Subsídio para a Avaliação Institucional: Um Estudo de Caso com Cursos de Engenharia em uma Universidade Pública”, de Joice Pereira da Silva Carvalho, Simone Portella Teixeira de Mello e Daniela Vieira Amaral concentra seu olhar na evasão escolar no ensino superior enquanto fenômeno capaz de subsidiar uma avaliação institucional. Marcos Gonzaga e Regina Magna Bonifácio de Araújo, por sua vez, apresentam uma síntese das características fundamentais da pesquisa qualitativa, com destaque para a História Oral no capítulo “A História Oral na Produção Acadêmica: Três Leituras Metodológicas”

Em “A Motivação no Processo de Ensino/Aprendizagem de Francês no Curso de Secretariado Executivo da UEM: Entendimento e Desafios”, Edson José Gomes intenciona identificar quais são os principais entraves a um desempenho satisfatório no processo de ensino/aprendizagem do francês como língua estrangeira no curso de SET. As autoras Rayuska Dayelly de Andrade e Sueldes de Araújo discutem a concepção de escola inclusiva em uma análise do município de Angicos no Rio Grande do Norte para o atendimento de uma aluna surda em “A Percepção de Professore(a)s sobre a Prática Pedagógica no Contexto Inclusivo.

Já Andressa Grazielle Brandt, **Nadja Regina Sousa Magalhães**, Aline Aparecida Cezar Costa e Luciana Gelsleuchter Lohn apresentam algumas reflexões sobre o campo da etnografia a partir de um estudo sobre a pesquisa etnográfica com crianças, em seu capítulo “Pesquisa Etnográfica com Crianças Pequenas: Aproximações Teórico-Metodológicas.

No capítulo “A Qualidade no Ensino à Distância: o Novo Aluno e o Novo Professor”

Jéssica Reis Silvano Barbosa e Gislaine Reis elaboram uma reflexão sobre a expansão do ensino à distância e analisam as mudanças advindas dessa expansão para o ramo da educação virtual. Já os autores Karla dos Santos Guterres Alves e Antônio Luiz Santana objetivam compreender a relação entre a Grounded Theory e o processo de reflexividade que envolve a pesquisa científica em seu capítulo “A Reflexividade na Grounded Theory”. Na sequência, Raimundo Ribeiro Passos, Afrânio Ferreira Neves Junior, Paulo Rogério da Costa Couceiro, Genoveva Chagas de Azevedo, Maria Marly de Oliveira Coêlho e Valdete da Luz Carneiro através de “Análise do Instrumento de Autoavaliação Institucional Utilizado na UFAM nos Anos de 2014 e 2015” realizam uma análise dos instrumentos utilizados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade Federal do Amazonas, e a verificação de sua evolução no processo avaliativo interno de 2014 e 2015.

Na perspectiva dos planejamento de sistemas universitários estaduais brasileiros, Nelson De Abreu Júnior Apresenta “Aspectos Socioeconômicos na Espacialização da Universidade Estadual de Goiás”, capítulo no qual se encontra uma pesquisa documental combinada com a análise de dados estatísticos acerca da educação superior pública estadual em Goiás. Tendo por objetivo apresentar e discutir a temática da avaliação da aprendizagem na área da Educação Física escolar, e apontar suas relações com os currículos Alessandra Andrea Monteiro e Vilma Lení Nista-Piccolo são as autoras de: “Avaliação da Aprendizagem na Educação Física Escolar na Rede Municipal de São Paulo e Paulo Freire: Aproximações e Distanciamentos”. Nesse sentido também, Andreia Gasparino Fernandes avalia através de uma revisão temática a problemática da garantia de vagas em creches públicas municipais do município de São José do Rio Preto frente à legislação educacional vigente em “Avaliação da Política de Oferta de Vagas em Creches na Rede Pública Municipal de Ensino de São José do Rio Preto”.

Sob a ótica da organização das diretrizes operacionais de ensino Alderita Almeida de Castro e Sueli Aparecida de Souza refletem sobre a implementação da avaliação das aprendizagens enquanto impulsionadora do processo do conhecimento na educação básica do Estado de Goiás, entre os anos de 2009 e 2014 no capítulo “Avaliação das Aprendizagens: a Significativa Ascensão do IDEB nas escolas do Estado de Goiás do ano de 2009 a 2014”. Tendo em vista a Avaliação Internacional de Estudantes (PISA) Glauco da Silva Aguiar e Ligia Gomes Elliot exploram o conceito de Oportunidade de Aprendizagem trazido pelo PISA 2012, analisando o desempenho do Brasil e de mais 11 países em “Avaliação em Matemática: Uso dos Resultados do Pisa 2012”.

No capítulo “Avaliação: Concepções e Implicações na Educação Infantil” Natascha Carolina de Oliveira Gervázi, Marcos Vinícius Meneguel Donati e José Roberto Boettger Giardinetto desenvolvem uma reflexão sobre a avaliação na Educação Infantil, através da análise e orientação a correta utilização da ferramenta portfólio. Ainda na perspectiva avaliativa Rosemary Farias Rufino, Santana Elvira Amaral da

Rocha e **Núbia do Socorro Pinto Breves** apresentam o capítulo “Avaliações em Larga Escala: Contribuições da ADE para Atingir a Meta da Proficiência no SAEB/INEP em Escolas Públicas Municipais de Manaus” no qual retratam a percepção dos estudantes em relação às contribuições das avaliações em larga escala no processo de ensino e aprendizagem das escolas públicas de ensino fundamental do município de Manaus.

Na sequência Andrialex William da Silva, Tarcileide Maria Costa Bezerra, Romênia Menezes Paiva Chaves Carneiro e Renata Rosa Russo Pinheiro Costa Ribeiro exibem “Concepções de Professores sobre a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva: uma Visão Romântica ou Direito à Educação?” No qual discutem as concepções dos profissionais do sistema educacional do município Jardim de Angicos (RN) sobre a Educação Especial em uma perspectiva inclusiva. Ainda na perspectiva inclusiva, o capítulo “Criatividade e Altas Habilidades/Superdotação” de Guacira Quirino Miranda, Arlete Aparecida Bertoldo e Priscila Miranda Chaves apresenta uma revisão bibliográfica sobre a relação da criatividade com as altas habilidades/superdotação. Em “Desenhos e Desenhos: Conselhos Municipais de Educação” Virgínia Coeli Bueno de Queiroz Matias e Rosimar de Fátima Oliveira analisam os elementos comuns do desenho institucional dos Conselhos Municipais de Educação (CMEs) no Brasil, como um dos fatores capazes de potencializar os esperados resultados democráticos dessas instâncias colegiadas.

A seguir Gildene do Ouro Lopes Silva, Amanda Lázari e Amanda Calefi Felex embasadas pelo modelo Oakland, Glutting E Horton realizaram a identificação dos estilos de aprendizagem em escolares do quarto ano do ensino fundamental no capítulo intitulado “Estilos de Aprendizagem no Modelo de Oakland, Glutting e Horton em Escolares do Ensino Fundamental I”. Já em “Financiamento da Educação: uma Análise a partir do Gasto Aluno-Ano nos Municípios do Paraná” Jokasta Pires Vieira Ferraz, Andrea Polena e Simony Rafaeli Quirino verificam o perfil de gasto aluno-ano dos municípios do Paraná, em 2014, em relação ao porte dos municípios. Em “Ideias Higienistas na Revista Pedagogium (1922-1923)” Amanda Vitória Barbosa Alves Fernandes, Arthur Beserra de Melo e Marlúcia Menezes de Paiva analisam a ocorrência de ideias higienistas na revista Pedagogium, durante os anos de 1922 e 1923.

Laura Renata Dourado Pereira em “O Ensino da Arte e a Interdisciplinaridade: Novos Modos de Pensar sobre a Produção do Conhecimento” propõe uma reflexão sobre a interdisciplinaridade como um possível caminho para superar a fragmentação do conhecimento existente. Na sequência, “O Professor como Mediador nas Habilidades de Leitura” de Clarice de Matos Oliveira e Thenner Freitas da Cunha analisa como o professor de Língua Portuguesa pode ser um facilitador no desenvolvimento das habilidades de leitura aferidas nas avaliações educacionais em larga escala. Na perspectiva do Projeto de Lei 7.180/14, Ana Carolina Fleury e Ivo Monteiro de Queiroz apresentam “O Projeto Escola Sem Partido e a Construção

de uma Educação Burguesa no Século XXI” a fim de compreender os conceitos e detectar a existência de uma relação entre a proposta, os fundamentos da educação e a perspectiva marxista. Em “Observatório Eçaí: a Aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente e outros Direitos Humanos na Fronteira Brasil-Bolívia” Cláudia Araújo de Lima sistematiza uma observação das políticas públicas voltadas à infância e à adolescência bem como investiga os fenômenos de violações de direitos de crianças e adolescentes na região da fronteira.

No capítulo “Os Desafios e as Demandas Socioculturais Brasileiras Frente à Inclusão Escolar” de Evaldo Batista Mariano Júnior, Maria Aparecida Augusto Satto Vilela e Valeska Guimarães Rezende da Cunha os autores retomam a temática das políticas públicas educacionais voltadas para a inclusão escolar com o intuito de fornecer subsídios a profissionais que atendam alunos portadores de necessidades especiais. Marcelo da Silva Machado em “Pacto Federativo na Educação e a Participação da União no Financiamento da Educação em Municípios da Região Metropolitana do Rio De Janeiro” realiza uma investigação sobre o pacto federativo e sua repercussão, entre os anos de 2008 e 2018, sobre o aumento das responsabilidades dos municípios na oferta de matrículas e, também de financiamento da educação na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

“Pedagogia Waldorf e Salutogênese: razões e caminhos no/do cotidiano escolar” de Elaine Marasca Garcia da Costa, Vilma Lení Nista-Piccolo reflete sobre a possibilidade de a área da Saúde ser edificada junto à Educação através da convergência de dois conceitos: a Salutogênese e o método pedagógico Waldorf. Na perspectiva de estabelecer um perfil do uso e descarte de óleo vegetal utilizado para o preparo de alimentos em Escolas da Rede Pública Estadual de Educação Básica de Tubarão Douglas Bardini Silveira, Eduardo Aquini e Isonel Maria Comelli Pave desenvolvem “Perfil de Descarte de Óleo de Cozinha em Escolas da Rede Pública Estadual de Educação Básica Situadas no Município de Tubarão, SC”. A fim de discutir a relação dos temas desenvolvidos na disciplina Filosofia das Ciências, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN, e suas possíveis aproximações e com a pesquisa sobre objetos de estudo associados ao higienismo dentro do campo da História da Educação, Arthur Beserra de Melo, Amanda Vitória Barbosa Alves Fernandes e Marlúcia Menezes de Paiva fundamentam o capítulo “Relações entre Temas da Disciplina Filosofia das Ciências e a Pesquisa sobre Higienismo no Campo da História da Educação”.

No capítulo “Representações Sociais das Práticas dos Professores de Educação Física acerca da Educação Física Escolar”, Bruno Viviani dos Santos, Sabrina Araujo de Almeida e Pedro Humberto Faria Campos analisam a representação social da prática pedagógica de 103 professores de Educação Física do ensino fundamental. Em “Sistema de Avaliação Escolar”, Katia Verginia Pansani traz um Relato de Experiência sobre os resultados positivos do Sistema de Avaliação Escolar – SAEsc no Colégio Progresso Campineiro. Para proporcionar uma compreensão sobre as

políticas públicas de financiamento, tais como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), Jhonathan Martins da Costa, Carlos José de Farias Pontes e Maria Valdiza Ferreira Moniz Andrade publicam “Um Olhar Inicial a Respeito das Políticas Públicas de Financiamento no Brasil: Compreendendo o FUNDEB”. Laís Takaesu Ernandi, Willian Pereira da Silva, Suédina Brizola Rafael Rogato no capítulo “Uso do Medicamento na Infância: Reflexões sobre a Atuação Docente no Processo da Medicalização do Ensino” buscaram discutir o processo de medicalização na infância e a necessidade de problematização dessa questão.

Os textos, relatos de prática e conclusões de pesquisas tangentes às questões educacionais que compõem esse terceiro volume da obra Formação, Prática e Pesquisa em Educação portanto operam em favor de qualificar a produção do ensino superior brasileiro e subsidiar novas pesquisas, constituindo-se assim em importante devolutiva à sociedade dos investimentos feitos com a formação de profissionais da educação e pesquisadores.

Tascieli Feltrin

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS	
<i>Fabiana Boff Grenzel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9211903091	
CAPÍTULO 2	9
A CONSTRUÇÃO DA ESCRITA PRÉ-SILÁBICA E SUAS IMPLICAÇÕES NA PERSPECTIVA DA PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA: UM BREVE ESTUDO DE CASO	
<i>Telma Maria de Freitas Araújo</i>	
<i>Nadja Sabrina Silva Gomes Lopes Duarte</i>	
<i>Maria Estela Costa Holanda Campelo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9211903092	
CAPÍTULO 3	21
A EVASÃO COMO SUBSÍDIO PARA A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: UM ESTUDO DE CASO COM CURSOS DE ENGENHARIA EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA	
<i>Joice Pereira da Silva Carvalho</i>	
<i>Simone Portella Teixeira de Mello</i>	
<i>Daniela Vieira Amaral</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9211903093	
CAPÍTULO 4	32
A HISTÓRIA ORAL NA PRODUÇÃO ACADÊMICA: TRÊS LEITURAS METODOLÓGICAS	
<i>Marcos Gonzaga</i>	
<i>Regina Magna Bonifácio de Araújo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9211903094	
CAPÍTULO 5	42
A MOTIVAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM DE FRANCÊS NO CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO DA UEM: ENTENDIMENTO E DESAFIOS	
<i>Edson José Gomes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9211903095	
CAPÍTULO 6	54
A PERCEPÇÃO DE PROFESSORE(A)S SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO CONTEXTO INCLUSIVO	
<i>Rayuska Dayelly de Andrade</i>	
<i>Sueldes de Araújo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9211903096	
CAPÍTULO 7	62
A PESQUISA ETNOGRÁFICA COM CRIANÇAS PEQUENAS: APROXIMAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	
<i>Andressa Grazielle Brandt</i>	
<i>Nadja Regina Sousa Magalhães</i>	
<i>Aline Aparecida Cezar Costa</i>	

CAPÍTULO 8 72

A QUALIDADE NO ENSINO À DISTÂNCIA: O NOVO ALUNO E O NOVO PROFESSOR

Jéssica Reis Silvano Barbosa

Gislaine Reis

DOI 10.22533/at.ed.9211903098

CAPÍTULO 9 80

A REFLEXIVIDADE NA GROUNDED THEORY

Karla dos Santos Guterres Alves

Antônio Luiz Santana

DOI 10.22533/at.ed.9211903099

CAPÍTULO 10 88

ANÁLISE DO INSTRUMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL UTILIZADO NA UFAM NOS ANOS DE 2014 E 2015

Raimundo Ribeiro Passos

Afrânio Ferreira Neves Junior

Paulo Rogério da Costa Couceiro

Genoveva Chagas de Azevedo

Maria Marly de Oliveira Coêlho

Valdete da Luz Carneiro

DOI 10.22533/at.ed.92119030910

CAPÍTULO 11 100

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS NA ESPACIALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

Nelson de Abreu Júnior

DOI 10.22533/at.ed.92119030911

CAPÍTULO 12 109

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO E PAULO FREIRE: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

Alessandra Andrea Monteiro

Vilma Lení Nista-Piccolo

DOI 10.22533/at.ed.92119030912

CAPÍTULO 13 119

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE OFERTA DE VAGAS EM CRECHES NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Andreia Gasparino Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.92119030913

CAPÍTULO 14	130
AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS: A SIGNIFICATIVA ASCENSÃO DO IDEB NAS ESCOLAS DO ESTADO DE GOIÁS DO ANO DE 2009 A 2014	
<i>Alderita Almeida de Castro</i>	
<i>Sueli Aparecida de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030914	
CAPÍTULO 15	141
AVALIAÇÃO EM MATEMÁTICA: USO DOS RESULTADOS DO PISA 2012	
<i>Glauco da Silva Aguiar</i>	
<i>Ligía Gomes Elliot</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030915	
CAPÍTULO 16	154
AVALIAÇÃO: CONCEPÇÕES E IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
<i>Natascha Carolina de Oliveira Gervázi</i>	
<i>Marcos Vinícius Meneguel Donati</i>	
<i>José Roberto Boettger Giardinetto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030916	
CAPÍTULO 17	162
AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA: CONTRIBUIÇÕES DA ADE PARA ATINGIR A META DA PROFICIÊNCIA NO SAEB/INEP EM ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE MANAUS	
<i>Rosemary Farias Rufino</i>	
<i>Santana Elvira Amaral da Rocha</i>	
<i>Núbia do Socorro Pinto Breves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030917	
CAPÍTULO 18	174
CONCEPÇÕES DE PROFESSORES SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: UMA VISÃO ROMÂNTICA OU DIREITO À EDUCAÇÃO?	
<i>Andrialex William da Silva</i>	
<i>Tarcileide Maria Costa Bezerra</i>	
<i>Romênia Menezes Paiva Chaves Carneiro</i>	
<i>Renata Rosa Russo Pinheiro Costa Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030918	
CAPÍTULO 19	183
CRIATIVIDADE E ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO	
<i>Guacira Quirino Miranda</i>	
<i>Arlete Aparecida Bertoldo</i>	
<i>Priscila Miranda Chaves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030919	
CAPÍTULO 20	191
DESENHOS E DESENHOS: CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	
<i>Virgínia Coeli Bueno de Queiroz Matias</i>	
<i>Rosimar de Fátima Oliveira</i>	

DOI 10.22533/at.ed.92119030920

CAPÍTULO 21 203

ESTILOS DE APRENDIZAGEM NO MODELO DE OAKLAND, GLUTTING E HORTON EM ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Gildene do Ouro Lopes Silva

Amanda Lázari

Amanda Calefi Felex

DOI 10.22533/at.ed.92119030921

CAPÍTULO 22 211

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO GASTO ALUNO-ANO NOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Jokasta Pires Vieira Ferraz

Andrea Polena

Simony Rafaeli Quirino

DOI 10.22533/at.ed.92119030922

CAPÍTULO 23 224

IDEIAS HIGIENISTAS NA REVISTA PEDAGOGIUM (1922-1923)

Amanda Vitória Barbosa Alves Fernandes

Arthur Beserra de Melo

Marlúcia Menezes de Paiva

DOI 10.22533/at.ed.92119030923

CAPÍTULO 24 232

O ENSINO DA ARTE E A INTERDISCIPLINARIDADE: NOVOS MODOS DE PENSAR SOBRE A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Laura Renata Dourado Pereira

DOI 10.22533/at.ed.92119030924

CAPÍTULO 25 241

O PROFESSOR COMO MEDIADOR NAS HABILIDADES DE LEITURA

Clarice de Matos Oliveira

Thenner Freitas da Cunha

DOI 10.22533/at.ed.92119030925

CAPÍTULO 26 250

O PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO E A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO BURGUESA NO SÉCULO XXI

Ana Carolina Fleury

Ivo Monteiro de Queiroz

DOI 10.22533/at.ed.92119030926

CAPÍTULO 27 262

OBSERVATÓRIO EÇAÍ: A APLICAÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E OUTROS DIREITOS HUMANOS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

Cláudia Araújo de Lima

DOI 10.22533/at.ed.92119030927

CAPÍTULO 28 271

OS DESAFIOS E AS DEMANDAS SOCIOCULTURAIS BRASILEIRAS FRENTE À INCLUSÃO ESCOLAR

Evaldo Batista Mariano Júnior

Maria Aparecida Augusto Satto Vilela

Valeska Guimarães Rezende da Cunha

DOI 10.22533/at.ed.92119030928

CAPÍTULO 29 283

PACTO FEDERATIVO NA EDUCAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO EM MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Marcelo da Silva Machado

DOI 10.22533/at.ed.92119030929

CAPÍTULO 30 309

PEDAGOGIA WALDORF E SALUTOGÊNESE: RAZÕES E CAMINHOS NO/DO COTIDIANO ESCOLAR

Elaine Marasca Garcia da Costa

Vilma Lení Nista-Piccolo

DOI 10.22533/at.ed.92119030930

CAPÍTULO 31 323

PERFIL DE DESCARTE DE ÓLEO DE COZINHA EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA SITUADAS NO MUNICÍPIO DE TUBARÃO, SC

Douglas Bardini Silveira

Eduardo Aquini

Isonel Maria Comelli Pavei

DOI 10.22533/at.ed.92119030931

CAPÍTULO 32 331

RELAÇÕES ENTRE TEMAS DA DISCIPLINA FILOSOFIA DAS CIÊNCIAS E A PESQUISA SOBRE HIGIENISMO NO CAMPO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Arthur Beserra de Melo

Amanda Vitória Barbosa Alves Fernandes

Marlúcia Menezes de Paiva

DOI 10.22533/at.ed.92119030932

CAPÍTULO 33 342

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS PRÁTICAS DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA ACERCA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Bruno Viviani dos Santos

Sabrina Araujo de Almeida

Pedro Humberto Faria Campos

DOI 10.22533/at.ed.92119030933

CAPÍTULO 34	355
SISTEMA DE AVALIAÇÃO ESCOLAR	
<i>Katia Verginia Pansani</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030934	
CAPÍTULO 35	363
UM OLHAR INICIAL A RESPEITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO NO BRASIL: COMPREENDENDO O FUNDEB	
<i>Jhonathan Martins da Costa</i>	
<i>Carlos José de Farias Pontes</i>	
<i>Maria Valdiza Ferreira Moniz Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030935	
CAPÍTULO 36	372
USO DO MEDICAMENTO NA INFÂNCIA: REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DOCENTE NO PROCESSO DA MEDICALIZAÇÃO DO ENSINO	
<i>Laís Takaesu Ernandi</i>	
<i>Willian Pereira da Silva</i>	
<i>Suédina Brizola Rafael Rogato</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030936	
CAPÍTULO 37	383
PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO FORMATIVA NO COTIDIANO DAS SESSÕES TÓRIAS	
<i>Débora Cabral Nunes Polaz</i>	
<i>Raquel Aparecida de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030937	
CAPÍTULO 38	390
EDUCAÇÃO ESPECIAL EM MATO GROSSO DO SUL: INDICADORES DE MATRÍCULAS (2007-2016)	
<i>Wania Regina Aranda da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030938	
SOBRE OS ORGANIZADORES	416
ÍNDICE REMISSIVO	417

USO DO MEDICAMENTO NA INFÂNCIA: REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DOCENTE NO PROCESSO DA MEDICALIZAÇÃO DO ENSINO

Laís Takaesu Ernandi

Universidade Estadual do Norte do Paraná –
UENP

Jacarezinho - Paraná

Willian Pereira da Silva

Universidade Estadual do Norte do Paraná –
UENP

Jacarezinho - Paraná

Suédina Brizola Rafael Rogato

Universidade Estadual do Norte do Paraná –
UENP

Jacarezinho – Paraná

RESUMO: A presente pesquisa tem por objetivo discutir teoricamente o processo de medicalização na infância e a necessidade de problematização da questão, ressaltando a atuação do docente na reflexão de sua prática no processo de aprendizagem e comportamento do aluno. Questiona-se, será que com a crescente no uso do medicamento, a educação está procurando na saúde, uma das formas de sanar os transtornos de aprendizagem das crianças? Esta pesquisa é qualitativa, exploratória e bibliográfica porque procura explicar e discutir o tema proposto com base em referências teóricas publicadas em livros, revistas e outros. O Brasil é segundo maior consumidor mundial de psicotrópicos chamados de metilfenidatos, prescritos para o tratamento do Transtorno de

Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). O consumo da Ritalina nos últimos anos tem aumentado vertiginosamente tanto no consumo em Kg e como na elevação do número de caixas vendidas. No entanto, a solução não está somente na área na saúde, pois o medicamento não vai solucionar o problema de alfabetização e muito menos de disciplina. Esse processo da crescente medicalização se dá porque professores e familiares não buscam métodos para solucionar a causa do problema. Deve-se priorizar as ações educativas e diminuir a responsabilização do não-aprender à criança, oferecendo outros métodos de aprendizagem para que se dê continuidade ao que lhe é direito: um processo de escolarização que lhe permita aprender.

PALAVRAS-CHAVE: Medicalização. Infância. Banalização. Ritalina. Crescente.

USE OF MEDICINES IN CHILDHOOD: REFLECTIONS ABOUT TEACHER'S PERFORMANCE IN THE PROCESS OF TEACHING MEDICALIZATION

ABSTRACT: The present research aims to discuss theoretically the process of medicalization in childhood and the need of the issue's problematization, highlighting the teacher's role in the reflection of his practice in the student's learning process and behavior. It is questioned, is it with the increasing use of the

drug, the education is looking for in health, one of the ways to redress the learning disorders of children? This research is qualitative, exploratory and bibliographic because it seeks to explain and discuss the proposed theme based on theoretical references published in books, magazines and others. Brazil is the world's second largest consumer of psychotropic drugs called methylphenidates, prescribed for the treatment of Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD). The consumption of Ritalin in recent years has increased vertiginously both in consumption in kg and in the increase in the number of boxes sold. However, the solution is not only in the health area, because the medicine will not solve the problem of literacy, much less discipline. This process of increasing medicalization occurs because teachers and families do not seek methods to solve the cause of the problem. It must prioritize the educational actions and reduce the responsibility of not learning to the child, offering other methods of learning to continue the right to it: a schooling process that allows learning.

KEYWORDS: Medicalization. Childhood. Banalization. Ritalin. Increasing.

1 | INTRODUÇÃO

Atualmente muito tem-se falado sobre transtornos de comportamento e de aprendizagem que se direcionam ao uso de medicações para sanar, do ponto de vista neuropsicológico, tais dificuldades. A escolha desse tema de pesquisa, “Medicalização na Infância”, versa sobre conhecer, refletir e se possível ter um posicionamento crítico frente ao crescente número de crianças que estão sendo medicadas, principalmente com uso da Ritalina, na sua maioria encaminhadas pelos professores.

Teoricamente o caminho da medicalização em infantes, faz com que a questão seja problematizada, que se faz relevante, pois a cada dia que passa o número de crianças medicadas aumenta, fazendo necessário um aprofundamento na questão. Observa-se que a educação e a família vêm atribuindo à criança a culpabilidade pelo fracasso escolar, tornando a falha na aprendizagem como um problema de saúde.

De acordo com o exposto fica claro a indispensabilidade que estudos sejam realizados na identificação de como o acesso no uso da Ritalina (*Metilfenidato*) está sendo utilizada em território nacional. Muitos fatores vêm determinando um elo entre questão de saúde e educacionais com o uso dos medicamentos.

2 | HISTÓRICO DO CONCEITO DA MEDICALIZAÇÃO

Ao discutir o tema medicalização faz-se necessário retomar algumas definições sobre o conceito, apoia-se nos autores que se dedicam a analisar e refletir essa realidade educacional. Tem-se em Guarido; Voltolini (2009, p. 241) falam que “medicalizar é um fenômeno que teve, tradicionalmente, o sentido geral de reduzir as problemáticas sociopolíticas a questões de foro privado, individual”.

As autoras Collares; Moysés (1994, p.26) também definem o termo medicalização:

Refere-se ao processo de transformar questões não-médicas, eminentemente de origem social e política, em questões médicas, isto é, tentar encontrar no campo médico as causas e soluções para problemas dessa natureza. A medicalização ocorre segundo uma concepção de ciência médica que discute o processo saúde-doença como centrado no indivíduo, privilegiando a abordagem biológica, organicista. Daí as questões medicalizadas serem apresentadas como problemas individuais, perdendo sua determinação coletiva. Omite-se que o processo saúde-doença é determinado pela inserção social do indivíduo, sendo, ao mesmo tempo, a expressão do individual e do coletivo.

Nota-se que medicalizar significa trazer as leituras médicas para questões sócio-educacionais que merecem discussões mais articuladas a Educação. Sabe-se que a Educação sempre se utiliza de outras ciências para melhorar práticas que favoreçam o aprendizado do aluno. Todavia, observa-se que trazer o discurso médico para educação trata-se na sua grande maioria medicalizá-las, mais do que compreendê-las e buscar práticas pedagógicas para sanar os problemas do não-aprender.

De acordo com Guarido (2007) o conceito de medicalização teve seu uso inicialmente depois da década dos anos 1970, para relatar por qual meio os “problemas de aprendizados das crianças” foram traduzidos. A definição inicialmente partiu de reflexões ocorridas dentro das unidades escolares relatando situações acerca da higienização.

Michel Foucault, no entanto, não fez o uso pautado na definição de medicalização, ele utiliza do modo como a medicina observa as pessoas e a partir de então faz referências a padrões de uma sociedade que organiza e entende esses indivíduos (GAUDENZI; ORTEGA, 2010).

Os problemas que envolvem a saúde passam a ser responsabilidade da Uni que assume o papel de medicalizar e higienizar os costumes, sendo assim, foram necessárias medidas científicas, entra nesse processo a medicina para mudar um cenário de doença e mortes. Com medidas preventivas a fim de catalisar as questões de saúde pública assumindo um controle sanitário, disseminou assim o conceito higienista e a busca pelo homem modelo (BARBIANI ET AL, 2014).

Baseado neste conceito de “homem modelo” Sapia (2013), relata que nas escolas brasileiras o início dessa concepção foi com a chegada da medicina higienistas, no começo do século XX. Eles tinham, como objetivo principal, “elevar o Brasil à categoria das grandes nações”, então “investiram nas diversas instituições brasileiras, como escolas e famílias, com o intuito de transformar o indivíduo e seu corpo, bem como seus hábitos e costumes” (SAPIA, 2013, p. 23).

A educação passou a ser um campo de busca de resultados, tentando fazer com os indivíduos que ali estavam se tornassem modelos. No entanto, quem fugisse do padrão e não alcançasse os resultados, buscava-se no medicamento uma maneira para fazer com que esses indivíduos voltassem a padrão (moldando o comportamento) considerado ideal.

Os indivíduos que fugissem ou que não se encaixassem nesses moldes de

comportamento (fugindo do padrão) eram considerados doentes e precisavam de medicamento para ser curado. Portanto, entende-se que a educação higienista surge a princípio com a finalidade de tratar uma sociedade considerada doente, buscando deixá-lo todos sadios. Em busca do “homem modelo”, passou-se a buscar na medicina a solução para essa questão. Com isso médicos passaram a interferir na educação, medicalizando todos os maus, inclusive os maus do não aprender. Logo, a medicalização na educação, teve início como forma de tratar essas “doenças do aprender”.

3 | PRIMÓRDIOS DA UTILIZAÇÃO DO *METILFENIDATO* (RITALINA)

O *metilfenidato*, conhecido comercialmente por Ritalina é um psicotrópico, que tem tido o grande consumo no mundo, se tornando de acordo com a ONU (2008) o psicotrópico com maior consumo mundial, esse fato se deve pelo uso do medicamento no tratamento do TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade).

Pastura; Mattos (2004) relata que a ritalina é um composto racêmico que se fundamenta da mistura 1:1 de d-metilfenidato. Esse composto (metilfenidato) estimula o SNC, com efeitos satisfatórios sobre as atividades mentais, esses efeitos se sobressaem sobre as ações motoras, os efeitos na estimulação se dá por inibir a recepção de dopamina, sem o aumento considerável na liberação da dopamina.

Para Hoegen; Silva (2012) o metilfenidato (MTF) recebe o nome de Cloridrato de Metilfenidato, que contém na composição química piperidina (componente orgânico de plantas) e substâncias sintéticas, como a anfetamina que possuem na sua composição estimulantes com grande potencial sobre o SNC. A primeira vez que se ouviu falar no MTF, foi em uma molécula sintetizada em 1944 por Leandro Panizzon de maneira sintetizada na Suíça, indústria conhecida como CIBA (sendo hoje em dia chamada como Novartis).

A utilização da Ritalina se consolidou no meio da saúde e leigo com um remédio voltada para crianças que tratam de problemas comportamentais, que ficam evidentes dentro das instituições escolares, e com isso passou-se a relacionar com mal comportamento e hiperatividade juvenil. Multiplicam-se publicações de experimentos exaltando seus benefícios, reforçando teorias biomédicas de problemas do comportamento infantil no qual o tratamento medicamentoso assumia a centralidade (HERRERA, 2015).

Caliman (2006) apresenta informações a respeito do TDAH relatando que a nomenclatura surgiu primeiramente no ano de 1994 com o lançamento da Disfunção Cerebral Mínima. Na mesma década aconteceu uma divulgação midiática e com essa explosão publicitária sobre o transtorno e o medicamento, o Metilfenidato se consagrou com o mais conhecido medicamento para o tratamento do TDAH. No início do século XXI houve um crescimento das pessoas “diagnosticáveis” e com isso o

crescimento no consumo do MTF em várias partes do mundo.

Em território nacional da comercialização do MTF teve início no final do século XX, no ano de 1998, quando o medicamento passou a fazer parte do mercado brasileiro. No começo do século XXI o Concerta passou também a circular no território brasileiro. Mesmo com pouco anos de comercialização no Brasil, o país vem registrando alta no consumo desse medicamento, o que se torna bastante preocupante (ANVISA, 2013).

No ano 2000, a produção anual de Ritalina foi de 23 kg. Após esse ano os valores cresceram assustadoramente em 2002 o consumo foi de 40 kg, em 2003 de 86 kg, em 2004 de 87 kg, em 2005 de 167 kg, chegando a 226 kg no ano de 2006. Entre os anos de 2000 e 2006 o crescimento na produção anual de Ritalina foi de 883% (BARROS; OLIVEIRA, 2016).

De acordo com a Junta Internacional de Controle de Narcóticos, o Brasil em uma década aumentou consideravelmente o consumo de Metilfenidato (cerca de 373%), Barros; Oliveira (2016) em seus estudos no qual apresentou relatórios anuais baseado na Junta Internacional que é um órgão vinculado a ONU relatou que em território brasileiro a importação saiu de 122 kg em 2013 para 578 kg em 2012.

Pesquisa realizada pelo Instituto de Medicina Social da UERJ apontam um dado ainda mais alarmante que com a disponibilidade do medicamento, ocasionou um crescimento assustador de 775% em uma década e essa fato se justifica porque o Metilfenidato passou a ser receitado para tratar o TDAH – Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (BARROS; OLIVEIRA, 2016).

Por fim, devido a esse aumento no consumo nota-se uma prevalência de TDAH em solo nacional, principalmente entre crianças e adolescentes, pois os valores variam de acordo com cada região brasileiras entre 0,9% e 26,8%. Apesar dos diagnósticos do TDAH diminuir de acordo com que a idade avança, devido ao tempo de consumo, a maioria das crianças com TDAH continuam na fase adulta apresentando alguns sintomas incapacitantes. Essa persistência na fase adulta serve como justificativa pelo crescimento anual e alarmante no consumo do MTF.

4 | A MEDICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO E A RELAÇÃO COM O CRESCIMENTO DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Collares; Moyses (2013), apresenta que no campo educacional a medicalização ainda tem resquícios do passado como o preconceito racial, a inferiorização dos negros e mestiços. Por serem em alguns momentos classificados como doentes, são considerados pacientes que precisam de tratamento e com isso passam a ser consumidores de medicamentos, além de diagnósticos que buscam em terapias e medicamentos a solução, transformando o corpo e mente, ou seja, dão origem aos problemas, transformando pessoas em seres patologizantes (COLLARES; MOYSES, 2013).

Nesse sentido, Guarido (2007, p. 160) apregoa que “a medicalização em larga escala das crianças nos tempos atuais pode ser lida também como apelo ao silêncio dos conflitos, negando-os como inerentes à subjetividade e ao encontro humano”.

A instituição escolar tem tido como função, regular a sociedade com um método disciplinar, contudo quando um aluno apresenta um mau comportamento ele precisa ser ajustado às regras e moldes da escola. Quando a própria instituição não alcança esse ideal disciplinar o educando passa a ser visto como um portador de distúrbio ou transtorno por conta do comportamento indesejado, a escola então encaminha esse indivíduo para a avaliação médica, a fim de que se obtenha um diagnóstico psiquiátrico, para receber a prescrição do medicamento onde a partir daí o remédio por si só garante a disciplina.

Dentro dos ambientes escolares, existem muitas queixas com relação aos alunos, podendo elas serem em função do não se comportarem ou por não aprenderem, porém ambos acabam se associando por serem tratados como problemas neurológicos e essa conexão no discurso está cada dia mais frequente dentro do universo escolar.

A partir de desse discurso que adentro o universo escolar, cada dia observamos crianças normais sendo rotuladas de doentes, pois a educação acaba sofrendo um processo medicalização, ou seja, ela por meio de discursos, ações, estratégias, atendimentos e de certo modo preocupações em ajudar as crianças acabam por rotular essas crianças e os mesmos que deveriam ser ocupantes legítimos da educação, finalizam sendo rotulados por ela.

Moysés; Collares (1996, p. 183) afirmam que “a medicalização da aprendizagem escamoteia os determinantes políticos e pedagógicos do fracasso escolar, isentando de responsabilidades o sistema social vigente e a instituição escolar nele inserida”. Em outras palavras, as dificuldades de cunho institucional, social e político ficam reduzidas a supostas doenças individuais.

As mesmas autoras (2013) apresentam que diversas vezes os diagnósticos das avaliações são superficiais e questionáveis, porque além das avaliações serem baseadas em rótulos muitas vezes preconceituosos, ou seja, não realizam uma avaliação adequada, e podem dar um diagnóstico questionável. “Essa avaliação não mostra o que a criança pode fazer, e sim o que ela não consegue realizar dentro de uma lista pré-concebida de aprendizagens necessárias” (MOYSES; COLLARES, 2013, p. 29).

Partindo dessas avaliações, Lerner (2014) relata que diversas crianças poderiam não ser diagnósticas com problemas neurológicas, uma vez que as avaliações inadequadas resultam em um transtorno de aprendizagem (que pode não existir) e com isso na medicalização desses indivíduos, porque existe uma associação entre transtorno educacional e medicamento, então quanto mais crianças forem diagnósticas, mais o medicamento fará parte do âmbito educacional.

Hoje em dia, de acordo com as autoras Collares; Moyses (2013) o processo de exclusão pela produção de “doenças” diagnosticada se agrava na medida em

que a condenação vem associada a uma crescente quantidade e diversidade de medicamentos que ao mesmo tempo que combatem as “doenças” produzem efeitos colaterais, permitindo pais, educadores e médicos lavar as mãos a respeito do futuro dos doentes, ampliando a desresponsabilização coletiva pelas próprias ações e legitimando a invasão desrespeitosa a vida de todo aquele que receber um “diagnóstico” desfavorável.

Para Gabinini et al (2015) os transtornos de aprendizagem podem englobar diversas ou uma área específica, podendo ser em leitura, escrito ou na matemática, como também podem envolver diversas competências. E essas dificuldades ou transtornos podem acabar num diagnóstico equivocado que atrapalha diversos mecanismos cognitivos que englobam à aprendizagem. No entanto, quando os indivíduos não conseguem apresentar as competências esperadas, mesmo não sendo um transtorno, mas por não apresentarem um desenvolvimento no processo de ensino-aprendizagem acabam sendo diagnosticados com transtornos de aprendizagem.

Leonardi; Rubano; Assis (2010, p. 124), apresentam que “as drogas estimulantes, com destaque para o metilfenidato, suprimem hiperatividade e impulsividade e melhoram a atenção, mas têm poucos efeitos positivos sobre o engajamento em tarefas e desempenho acadêmico”.

Baseado no que foi relatado, observa-se que os medicamentos estão sendo usados na tentativa de superar um diagnóstico errado, e não cumprindo a papel de auxiliar a aprendizagem do aluno, quando comprovado corretamente. Os medicamentos estão sendo usados para moldar comportamentos e não para auxiliar na aprendizagem.

Pastura; Mattos (2004) apresenta com relação a Ritalina que é utilizada no tratamento de transtornos de aprendizagem tem efeito curto e são pontuais. Que os efeitos colaterais no uso do medicamento são elevação da pressão, da frequência cardíaca e respiratória, porém essas mudanças não têm longa duração.

O contexto no qual o medicamento está sendo utilizado é merecedor de atenção. A excessiva utilização de fármacos na sociedade tem sido alvo de amplo debate nos dias atuais e, certamente, o rápido e crescente desse fenômeno, o que amplia questões contemporâneas ligadas à educação de crianças e adolescentes.

5 | O PAPEL DA ESCOLA EM RELAÇÃO À MEDICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO

Illich (1985), na análise que faz sobre a escola e o sistema escolar revela o poder da institucionalização dos valores sobre o pensamento e o agir do ser humano. Dessa forma, a escola, como uma instituição, cria a demanda e a expectativa pelos bens que produz e serviços educacionais que fornece, por exemplo, a certificação do aprendizado institucionalizado. Segundo Illich (1985, p. 25) os "valores institucionalizados que a escola inculca são valores quantificados. A escola inicia os jovens num mundo onde

tudo pode ser medido, inclusive a imaginação e o próprio homem."

Para Meira (2015) dentro das instituições escolares está acontecendo uma intervenção pela medicina, ou seja, a medicina ampliando o campo em que atua para dentro das escolas, utilizando dos seus princípios para realizar as intervenções e com isso querem tratar os transtornos de aprendizagem com doenças, algo fora do padrão e tentam normatizar o processo de ensino-aprendizagem (principalmente os casos do não aprender).

Dessa maneira a educação passa a ser medicalizada, situações de ensinagem, social e política são transformadas em situações biologizantes, ou seja, a educação sofre o processo de medicalização. Com isso, a medicina criou, "as entidades nosológicas das doenças do não-aprender na escola e para elas propõe solução. Antecipando-se, prevê que os problemas irão ocorrer e se coloca como portadora das soluções" (MOYSÉS, 2008, p. 11).

Assim, a discussão sobre medicalização da educação torna-se importante no sentido de contribuir para a construção de uma análise crítica nesses âmbitos, com vistas à superação e ruptura da compreensão naturalizada de fenômenos sociais e históricos.

Na escola, quando o professor percebe que a criança apresenta algum tipo de dificuldade no processo de ensino-aprendizagem ela encaminha para avaliações na área da saúde, sendo elas com psicólogas, fonoaudiólogas e neurologistas e outras especialidades. No entanto, o professor é responsável pela primeira sondagem, pois o mesmo percebe indícios que os alunos podem estar passando por situações complicadas, que podem vir a desenvolver algum transtorno ou distúrbio de aprendizagem (LERNER, 2014).

Hattge; Klaus (2012, p.7) relatam que "o diagnóstico passa a ser visto como uma verdade absoluta sobre o sujeito, de modo que as intervenções, muitas vezes, são restritas à medicalização". Quando se transfere ao medicamento o sucesso ou a capacidade de resolver questões de ensinagem, analisa-se que o medicamento torna-se a única ferramenta para resolver essas questões, quando na verdade deveria ser um meio e não o único modo de intervenção.

Após a avaliação das crianças pela área da saúde, a mesma passa receber a culpa pelas atitudes por não corresponder ao esperado. Com isso vira objeto de intervenções tanto da área médica como na área psicológica, porém ambas as áreas não levam em conta as especificidades do sistema educacional, passam a vê-la de modo reducionista, porque buscam um modelo ideal e não real da realidade.

Por fim, nos dias atuais a escola deve passar a refletir sobre o seu papel e a questão do medicamento dentro da educação, a fim de consigam encontrar novas horizontes para a educação e que a medicalização não é o melhor caminho a ser seguido.

Professores muitas vezes por falta de uma formação (uma abordagem pedagógica que sustente a prática) ou pela resistência em mudar metodologias,

acabam por não saber como lidar com as atuais crianças, por isso buscam na área médica uma solução considerada mais rápida e por vezes inaptas para problemas educacionais.

Entende-se que os professores não estão procurando solução na área da saúde e sim transferindo a responsabilidade que não lhe cabe. Observa-se que muitos alunos não possuem indicadores de transtorno e apenas são vítimas do sistema quando aprovados automaticamente (sem estar alfabetizados ou quando são agitados por não ter recebido educação de seus pais). Muitas vezes o professor transfere a culpa a criança pelo não aprender ou não se comportar. Ao acreditar que o parecer médico é uma verdade absoluta acaba por se isentar na tentativa de mudança de metodologia e intervenções. Com ou sem diagnóstico a função do professor é ensinar.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O consumo da Ritalina nos últimos anos tem aumentado vertiginosamente, e esse dado preocupa, uma vez que seu uso busca aumentar o rendimento em atividades que necessitam de atenção. Com relação às possíveis consequências no futuro, o medicamento causa danos à saúde como dependência e diversos efeitos colaterais, ressaltando que o medicamento é derivado de anfetaminas (drogas estimulantes do sistema nervoso central).

A questão é com relação à crescente no uso do medicamento está na forma em como a escola enxerga, como ela orienta e conduz esta criança. Existem aí caminhos a serem percorridos ou a escola assume a responsabilidade pela aprendizagem da criança, ou a encaminha para avaliações médicas, diagnósticos e medicamentos.

Analisando, todas essas situações pode-se chegar ao parecer que professor e por consequência a escola estão apenas querendo alunos ideais (com bom desenvolvimento e bem disciplinados) e quando o aluno por um desses motivos ou por ambos não corresponde a essa expectativa acaba sendo passado por avaliações inadequadas e descontextualizado realizado por profissionais da área da saúde criando com isso um transtorno muitas vezes inexistente.

Com os resultados ficaram evidente que a cada ano mais crianças são diagnosticadas com o TDAH e recebem o medicamento como forma de tratamento, a partir desse fato passa a olhar essa situação sobre alguns aspectos: a dos professores que atuam na escola e sobre a metodologia que utilizam para sanar esse problema.

Neste sentido, se reflete sobre o papel de professor quando encontra alunos com transtornos, cabe a ela elaborar estratégias, criar ferramentas, pensar metodologias para que ao final do processo a aprendizagem seja alcançada, primordialmente dos educando que precisam de maior tempo para aprender. Esses alunos apresentar em sua maioria menor rendimento, diversificar as estratégias, pode facilitar a efetivação do processo de ensino-aprendizagem.

Por fim, a causa da banalização e da crescente do uso do medicamento se dá neste processo, onde o professor não consegue lidar com esses alunos, quando a equipe educacional junto com os familiares não buscam todos os métodos para solucionar a causa do problema, afim de propiciar aos alunos que mais precisam de atenção, reais condições de aprender no seu tempo, e alcançar o domínio do ensino juntamente com os colegas, de modo a não medicalizar essa criança para corrigir uma consequência de um transtorno que não existe.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA – Brasil). **Bulário eletrônico da Ritalina®**. 2013. NOVARTIS. Disponível em:<<http://s.anvisa.gov.br/wps/s/r/f4>>. Acesso em: 25 maio 2017

BARBIANI, R. et al. Metamorfoses da medicalização e seus impactos na família brasileira. **Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v .24, n. 2, jul./ago. 2014.

BARROS, P. B.; OLIVEIRA, V. C. **O processo de aprendizagem e os atravessamentos da medicalização**: o olhar dos graduandos de Pedagogia. 2016. 81 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia). Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UNISALESIANO, 2016.

CALIMAN, L. V. **A Biologia Moral da Atenção**: a construção do sujeito (des)atento. 2006. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A. **Preconceitos no cotidiano escolar**: ensino e medicalização. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.

_____. A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico: a patologização da educação. In: Alves ML, coordenador. **Cultura e saúde na escola**. São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação; 1994. p. 25-31.

GABININI, A. P. N. et al. **Dificuldades e Transtornos de Aprendizagem**. Instituto AABC. Disponível em:<http://www.institutoabcd.org.br/portal/arquivos/1372103012_modulo_2_final_webv8.1.pdf> Acesso em: 30 abr. 2017

GAUDENZI, P.; ORTEGA, F. O estatuto da medicalização e as interpretações de Ivan Illich e Michel Foucault como ferramentas conceituais para o estudo da desmedicalização. **Comunicação Saúde e Educação**. Rio de Janeiro, v. 12. n. 6. out.2010.

GUARIDO, R.A medicalização do sofrimento psíquico: considerações sobre o discurso psiquiátrico e seus efeitos na Educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.33, n.1, jan./abr. 2007.

GUARIDO, R.; VOLTOLINI, R. O que não tem remédio, remediado está? **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 25, n. 01, abr. 2009.

HATTGE, M.D.; KLAUS, V. **Desafios da inclusão educacional: sobre saberes e práticas pedagógicas**. In: Anais do 23º Seminário Nacional de Arte e Educação: Arte – mediações, compartilhamentos, interações/ Júlia Hummes (org.) - Montenegro: Ed. da Fundarte, 2012.

HERRERA, M. **Da depressão ao transtorno de déficit de atenção/hiperatividade: estudo sobre a produção publicitária da Ritalina**. 2015. 104 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2015.

HOEGEN, M. L. SILVA, M. M. Considerações acerca do aumento do consumo de “ritalina” nas crianças no âmbito escolar. 2012. 13 P. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Saúde Mental e Atenção Psicossocial). Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, Itajaí: 2012.

ILLCH, I. **Sociedades sem escolas**. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

LERNER, C. E. **A medicalização das crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental, a partir da percepção da Gestão Escolar e dos professores que atuam nesse nível**. 2014. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Pedagogia) - Centro Universitário UNATTES, Lajeado, 2014.

LEONARDI, J. L.; RUBANO, D. R.; ASSIS, F. R. P. Subsídios da análise do comportamento para avaliação de diagnóstico e tratamento do transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) no âmbito escolar. In: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo; Grupo Interinstitucional Queixa Escolar (Orgs.). **Medicalização de Crianças e Adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. p. 110-130.

Meira, M. E. M. **Psicologia Escolar: pensamento crítico e práticas profissionais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

MOYSÉS, M.A.A. A medicalização do não-aprender-na-escola e a invenção da infância anormal. In: **Reunião anual da associação nacional de pós graduação e pesquisa em educação**, 2008, Caxambu.

ONU, Conselho Internacional de Controle de Narcóticos. Substâncias psicotrópicas - Estatísticas de 2006: **Avaliações do requisito médico e científico anual**, 2008.

PASTURA, G.; MATTOS, P. Efeitos colaterais do metilfenidato. **Rev. Psiquiatr. Clin.**, São Paulo, v.31, n.2, abr. 2004.

SAPIA, Luna Pereira. **Medicalização na educação: a neurologia na construção dos diagnósticos de distúrbios de aprendizagem**. 2013. 171 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho: 2013.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Natália Lampert Batista - Graduada em Geografia (Licenciatura) pelo Centro Universitário Franciscano (2013). Mestre e Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGeo), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, 2015 e 2019 respectivamente). Tem interesse nas áreas de pesquisa de Ensino de Geografia; Cartografia Escolar; Educação Ambiental; Geotecnologias e Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) na Educação; Multiletramentos, Multimodalidade e Contemporaneidade; Formação de Professores; Educação Popular; Cartografia Geral e Temática; Geografia Urbana; Geografia Agrária; e Geografia Cultural.

Tascieli Feltrin - Doutoranda em Educação (UFSM). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Gestão Escolar pela UFSM/ UAB (2013). Graduada em Letras licenciatura plena em Língua Portuguesa, Língua Espanhola e respectivas Literaturas pela Faculdade Metodista de Santa Maria (FAMES/2011). Tutora do Curso de Formação em Letras Português e Literatura pela UAB/UFSM. Professora de língua portuguesa, Servidora pública na rede municipal de educação de Santa Maria. Atuou como Bolsista no projeto Biblioteca Comunitária: Embarque na Onda da Leitura (FAMES 2010-2011), como educadora no projeto de Extensão Práxis Pré-Vestibular Popular da UFSM (2014) e, como Tutora do Curso de Formação de Professores para a Educação Profissional UAB/UFSM (2017-2019). Atualmente, também, desenvolve atividades de incentivo à leitura e escrita criativa através da oficina de criação literária ImaginaMundos. Possui experiência nas seguintes áreas de estudo: Educação Popular, Culturas Periféricas, Educação de Jovens e Adultos, História da Educação, Educação Libertária, Literatura Popular e Multiletramentos, experiências educacionais não-escolares e Formação de professores para atuação em contextos de Vulnerabilidade Social.

Maurício Rizzatti - Mestre e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atualmente é Doutorando em Geografia (Passagem Direta para o Doutorado) pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) da UFSM. Também é integrante do Laboratório de Cartografia e grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Regionais e Agrários (UFSM). Pesquisa na área de Cartografia, Geoprocessamento, Cartografia Escolar e a Teoria das Inteligências Múltiplas, Geotecnologias, Sensoriamento Remoto na Educação Básica; Geografia Física, Geografia Urbana e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização 5, 1, 10, 242, 276

Altas habilidades 190

Aprendizagem 5, 6, 7, 3, 8, 72, 117, 118, 141, 143, 144, 145, 146, 152, 162, 172, 203, 210, 330, 348, 381, 383

Autismo 1, 2, 3, 8, 278

Avaliação educacional 172

Avaliações em larga escala 162

C

Concepções 6, 7, 175

Conselhos municipais de educação 200

Criatividade 7, 183, 185, 189, 190

E

Educação 2, 5, 6, 7, 8, 9, 6, 9, 10, 11, 12, 19, 20, 22, 23, 30, 31, 37, 38, 41, 51, 61, 62, 72, 78, 80, 88, 89, 99, 102, 105, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 145, 148, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 161, 162, 163, 164, 167, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 189, 191, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 221, 222, 223, 224, 225, 230, 231, 232, 235, 239, 241, 242, 245, 247, 249, 250, 251, 255, 257, 259, 260, 261, 262, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 281, 282, 283, 284, 288, 289, 292, 294, 295, 296, 297, 298, 303, 305, 306, 307, 309, 310, 311, 316, 317, 319, 320, 321, 323, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 358, 359, 363, 366, 368, 369, 370, 371, 374, 381, 383, 389, 390, 391, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415

Educação à distância 72

Educação básica 307, 349

Educação especial 176, 182, 273

Educação física 352, 353

Educação infantil 215, 413

Engenharias 21, 23, 26, 27, 28, 29

Ensino 5, 6, 7, 9, 1, 5, 23, 30, 42, 51, 62, 72, 76, 88, 89, 99, 103, 104, 105, 107, 108, 117, 118, 122, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 137, 138, 141, 157, 166, 193, 203, 207, 210, 212, 214, 215, 239, 243, 245, 249, 251, 284, 288, 316, 328, 344, 371, 382, 391, 395, 396, 403, 407

Escola 7, 4, 54, 109, 123, 124, 125, 134, 172, 182, 212, 213, 226, 227, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 259, 261, 282, 296, 297, 306, 307, 311, 316, 319, 321, 322, 403, 415

Escrita pré-silábica 18

Estudantes 6, 89, 111, 141, 142, 162, 245

Etnografia 62

Evasão 5, 23, 25, 26, 27, 30, 31

F

Formação de professores 62

Francês 5, 42, 43, 52

I

IDEB 6, 12, 130, 131, 132, 135, 137, 138

Inclusão 8, 31, 175, 182, 271, 272, 275, 276, 281, 282, 396, 415

O

Observação 154

Oportunidade de aprendizagem

Oralidade 32

P

Pesquisa 2, 5, 8, 9, 20, 31, 32, 41, 61, 62, 80, 87, 118, 139, 166, 168, 169, 182, 201, 210, 267, 269, 270, 283, 331, 354, 363, 376, 381, 383, 413, 414, 415

Pesquisa qualitativa 62, 413

PISA 2012 6, 12, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 150, 151, 152, 153

Práticas pedagógicas 54, 117

Psicogênese da língua escrita 20, 161

R

Reflexividade 6, 80

S

SINAES 88, 89, 91, 93, 97, 99

Superdotação 7, 183, 190, 398

Surdez 54, 398

U

UFAM 6, 11, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 96, 97, 98, 99

Universidade 5, 6, 9, 30, 31, 32, 41, 42, 43, 46, 52, 54, 61, 62, 63, 71, 72, 78, 80, 88, 89, 98, 99, 100, 102, 108, 117, 118, 129, 134, 154, 161, 174, 176, 182, 183, 191, 201, 203, 210, 211, 222, 224, 225, 241, 250, 262, 263, 269, 271, 281, 282, 283, 309, 311, 321, 326, 331, 333, 342, 353, 363, 371, 372, 381, 382, 383, 384, 389, 390, 408, 414, 415

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-592-1

